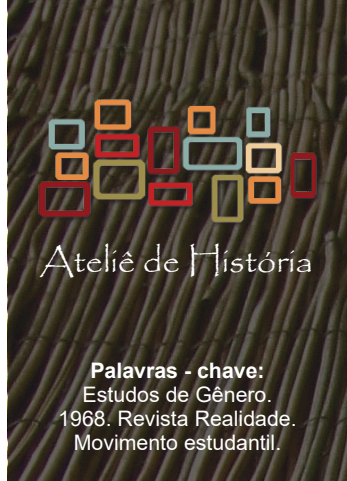




MOVIMENTOS ESTUDANTIS E AS MOCINHAS DE 68: UMA ANÁLISE DE GÊNERO DA REVISTA REALIDADE

Gabrieli do Nascimento ¹
Flora Morena Martini de Araújo ²

Resumo: A literatura acadêmica sobre os movimentos estudantis de 1968, em sua maioria, criou um espaço de silenciamento sobre o feminino. Contudo, nas últimas décadas, pesquisadoras feministas vêm preenchendo essa lacuna, como Cristina Wolff, que ao problematizar a vivência da militância através da perspectiva analítica de gênero, demonstra que apesar de a sociedade brasileira estar calcada em valores patriarcais e opressão de gênero, as mulheres não tinham consciência dessa situação. Foi somente no exílio que muitas conheceram o movimento de emancipação e defesa dos direitos das mulheres, já que no Brasil havia censura aos meios de comunicação, realizada pelo regime militar, nada interessado no empoderamento feminino. No entanto, mesmo com a intensa vigília à qual as publicações midiáticas estavam submetidas, novos veículos de comunicação surgiram, como a revista Realidade, que em 1968 já detinha grande parte do mercado, devido à sua linha editorial considerada revolucionária por militantes de esquerda da época. O objetivo desta pesquisa é desenvolver a reflexão sobre a representação da revista sobre o feminino, identificando se era tão revolucionária quanto se pensava ou reforçava os papéis secundários a que as mulheres eram submetidas na militância. A pesquisa contribuirá, desta forma, aos estudos de gênero, bem como para as pesquisas sobre a ditadura militar e suas resistências. A análise seguirá autores como Joan Scott, Michael Foucault, Joana Pedro e Maria Lygia Quartim de Moraes.

INTRODUÇÃO

O ano de 1968 foi – e ainda é – objeto de análise de muitos historiadores e historiadoras, que costumam retratá-lo como “o ano que não terminou” (VENTURA, 2008) e a “esquina do mundo” (MEDEIROS, 1999) - já que em diversos países aconteceram manifestações sociais de jovens, por motivos semelhantes, mesmo não havendo relação direta entre si. Entretanto, ainda hoje, a literatura didática e acadêmica, em sua maioria, retrata os movimentos estudantis e sociais de 1968 concedendo o papel de protagonista aos “jovens barbudos e cabeludos”, relegando, com isso, a participação feminina ao esquecimento ou a uma posição secundária.

Contudo, de maneira bastante profícua, pesquisadoras feministas como Maria Lygia Quartim de Moares, Joana Maria Pedro e Cristina Wolff têm se dedicado a cobrir esta lacuna, resgatando em seus estudos a participação das mulheres nos movimentos de resistência à ditadura militar no Brasil. Neles, tais pesquisadoras têm dado voz às militantes, que relatam que embora sentissem desconforto por precisarem provar a todo o momento que eram tão capazes quanto os homens (politicamente, na luta armada e na resistência), não compreendiam a opressão que vivenciavam nos movimentos revolucionários. Foi apenas no exílio de algumas militantes, em locais onde a segunda onda do feminismo estava problematizando as construções socioculturais, que as suas percepções acerca da opressão de gênero mudaram.

Quando retornaram, muitas delas uniram-se e criaram meios de comunicação alternativos que ajudaram a divulgar o feminismo. Entretanto, é importante ressaltar que até os anos 70, a população brasileira era informada, sobretudo, por grandes veículos de comunicação de massa que estavam submetidos à censura dos militares – organização que reforçava o patriarcado³ e era pouco ou nada interessada na emancipação e empoderamento⁴

1 Bacharel em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, pós-graduada em História, Arte e Cultura, pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Email: gabrielinas@hotmail.com

2 Doutoranda em História pela Universidade Federal do Paraná, docente na Faculdade Espírita de Curitiba.

3 Há bastante debate sobre o uso do termo no universo feminista, contrapondo o seu uso adjetivo – como uma estrutura natural, a-histórica, e portanto difícil de mudar - e o uso substantivo. Neste estudo, utilizamos o termo de forma substantiva, “enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres [que] permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (MORGANTE & NADER, 2014, p.3).

4 Lisboa (2008) apresenta o termo, que é muito utilizado tanto na política feminista como no campo acadêmico, como o processo de mudança da “dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como um rechaço ao abuso físico e as violações” (p.2).

femininos. Isso pode ter contribuído no contexto de invisibilidade e falta de consciência de gênero das militantes.

A revista *Realidade*, da editora Abril, surgiu nesse contexto. Por apresentar temas progressistas como casamento de padres, racismo, maconha, sexo e o universo feminino, foi diversas vezes alvo de censura e fonte de inúmeras pesquisas acadêmicas, como de autores como Letícia Nunes de Moraes, Valdir Heitor Barzotto e José Salvador Faro, que serão utilizados para compreender a sua linha editorial. Sobre a mulher, a revista transgrediu os costumes sociais em janeiro de 1967, quando publicou uma edição especial trazendo assuntos tidos como tabus⁵ para a época. Ela foi retirada das bancas e da gráfica e impedida de circular, sendo liberada somente no próximo ano.

Para mensurar sua representação geral sobre a mulher, entretanto, é preciso atentar-se entre as matérias das demais edições mantém-se o olhar igualitário de gênero, já que a leitura mensal constrói subjetividades mais concretamente que um número isolado. Assim, partindo das reflexões de Douglas Kellner sobre a “cultura da mídia”, de Tania de Luca sobre o uso de periódicos como fonte histórica⁶ e da perspectiva analítica de gênero de autoras como Joan Scott, Foucault, Guacira Louro, Tania Swain e as brasileiras já citadas, defendemos que a revista *Realidade* é uma fonte muito rica para compreender a representação midiática sobre a participação e o papel das mulheres nos movimentos sociais e estudantis de 1968. Assim, acreditamos que a pesquisa não só contribuirá para os debates acerca da emancipação das mulheres e sua inclusão na história, como também aos estudos acerca da história do Brasil e dos movimentos contra a ditadura militar, por fugir das representações hegemônicas e dar visibilidade a um campo desta história ainda pouco explorado.

GÊNERO, SEXUALIDADES E REPRESENTAÇÕES: DEBATES TEÓRICOS

Por muito tempo, a história foi contada por homens e para os homens. À mulher – quando citada – sempre foi destinado um lugar secundário nos acontecimentos, já que culturalmente a ela foi delimitado o espaço privado, local de pouco interesse das ciências. Além disso, alguns idiomas, entre eles o português, contribuem gramaticalmente à invisibilidade histórica da mulher, pois mesmo que um fato tenha sido realizado por uma maioria de mulheres e apenas um homem, devem-se usar substantivos masculinos⁷. Problemas como esses desencadearam um descontentamento no movimento feminista que, somado ao desenvolvimento da história cultural, fez surgir o resgate da “História das Mulheres”, a partir do final dos anos 60, emergindo na academia essa nova categoria historiográfica.

Joana Maria Pedro (2011), em seu artigo “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea” problematiza o uso das categorias “mulher”, “mulheres” e “condição feminina” no Brasil e em outros países do Cone Sul. Para ela, nesses países os termos utilizados na historiografia encontram-se em diversas temporalidades, seguindo as “ondas”⁸ internacionais, porém com atraso em relação aos centros emissores. Ela ressalta, porém, no artigo *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica* que estas categorias não são progressivas, onde uma é a exclusão da outra, já que todas possuem um mesmo objetivo: “o porquê de as mulheres, em diferentes sociedades, serem submetidas à autoridade masculina, nas mais diversas formas e nos mais diferentes graus” (PEDRO, 2005, p.83).

Entretanto, há uma narrativa da segunda onda do feminismo, por exemplo, que acredita que os estudos de gênero sigam um deslocamento linear. Nos anos 70, os estudos utilizariam “a mulher” nos mais diversos campos acadêmicos, “pensada como a que

5 Na capa da edição, as chamadas demonstravam o que o leitor veria nas páginas da revista: “Pesquisa: o que elas pensam e querem”, “Confissões de uma moça livre”, “Ciência, o corpo feminino”, “Eu me orgulho de ser mãe solteira”, “Por que a mulher é superior” e “Assista a um parto até o fim”.

6 Apesar de ser relativamente nova a concepção de periódico como fonte histórica, atualmente já se sabe que “revistas representam épocas [...] Por isso, dá para compreender muito da história e da cultura de um país conhecendo suas revistas” (SCALZO, 2005, p.16). Entretanto, como aponta Luca (2008), o(a) historiador(a) sempre deve levar em conta as influências que os veículos de comunicação podem sofrer pela publicidade e pelo governo da época.

7 Sobre o assunto, ver: BORGES, Cristina. A mulher na língua do povo: uma análise linguístico-semântica. Disponível em www.facimed.edu.br.

8 “Convém sublinhar que pensar o feminismo a partir de diferentes ondas reforça a ideia da existência de centros irradiadores e suas margens; é como se uma pedra tivesse sido atirada na água, formando várias ondas. Elas vão se abrindo e apontando para a circulação de discursos e teorias que partem de um centro produtor – em geral, países considerados desenvolvidos do hemisfério norte – e se dirigem para o hemisfério sul, localização principal dos países considerados subdesenvolvidos.” (PEDRO, 2011, p. 271) Sobre o assunto, ver: BORGES, Cristina. A mulher na língua do povo: uma análise linguístico-semântica. Disponível em www.facimed.edu.br.

identificaria a unidade, a irmandade, e ligada ao feminismo radical” (PEDRO, 2011, p.271). Com isso, teriam iniciado as reivindicações e aprofundamentos do tema, principalmente pelas feministas negras e do terceiro mundo, fazendo com que passasse a se pensar em uma História “das Mulheres” a partir dos anos 80. Teria sido apenas nos anos 90 que, com a publicação de Joan Scott, *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, apareceria a categoria “estudos de gênero”.

Ao questionar padrões sociais, Scott (1995) nos deixa a pergunta que baseia a categoria: “Por que (e desde quando) as mulheres são invisíveis como sujeitos históricos, quando sabemos que elas participaram dos grandes e pequenos eventos da história humana?” (SCOTT, 1995, p. 28-29). Para ela não basta que a relação binária homem/mulher seja ressaltada nas produções históricas. Assim, corre-se o risco de fazer uma história das mulheres separada da dos homens, como se o papel secundário destinado a elas fosse produto de um consenso, e não de um conflito. Então, enquanto categoria analítica, os estudos de gênero procuram não só resgatar a participação ativa das mulheres, mas analisar as relações de poder e as condições que invisibilizaram a sua história.

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os(as) historiadores(as) procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política (SCOTT, 1995, p.23).

Por conta do conservadorismo de parte dos(as) historiadores(as), que deslegitimavam e tomavam as reivindicações feministas como impertinentes, a história foi uma das últimas disciplinas a adotar os estudos de gênero. Uma das acusações que este campo recebia era de ser uma “história militante” (PEDRO, 2011, p. 270). Contudo, o gênero enquan-

to categoria analítica vem sendo discutido significativamente nas últimas décadas, em razão de os(as) pesquisadores(as) terem compreendido que:

[...] gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos (SCOTT, 2012, p.332).

A epistemologia feminista ancora-se sobretudo nos estudos pós-estruturalistas⁹, principalmente de Michel Foucault, filósofo que problematiza as relações de poder em diversas obras sobre a loucura, a prisão, a sexualidade, o discurso e o próprio poder¹⁰. Para o autor, o sujeito, sua identidade e representação social¹¹, não são estruturas fechadas, mas modificados constantemente por conta do discurso e do silenciamento sobre as coisas. Assim: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 2012, p.3). O discurso é o resultado das correlações de força, geradas de uma vontade de saber, que se apoia na tradição, na ciência, na religião, ou seja, em instituições, para definir verdades que legitimem o “poder disciplinar”¹² e criar “dispositivos disciplinares” sobre os corpos, para os controlar.

Na idade moderna, através de discursos, instituições, leis, enunciados científicos, entre outros, criou-se uma rede que passou a definir os corpos e os sexos, surgindo assim o que Foucault (1998) chamou de “dispositivo da sexualidade”. Assim, por ser através dela que se fundam as subjetividades e os sujeitos, a sexualidade se transformou em um dos locais onde os mais temíveis poderes se exercem.

Analisando o que foi definido por ele como a “história da sexualidade”, o autor argumenta que a sua repressão foi originada por relações de poder que determinaram onde e quem poderia falar sobre sexo e os corpos. O que tornou o tema um tabu, mas o intensificou enquanto discurso em alguns es-

9 Essa corrente valoriza a cultura, contrapondo-se ao ponto de vista dos estudos marxistas que até então influenciavam as pesquisas acadêmicas, sobretudo a “História Social”. Dessa forma, desenvolveu-se uma “História Cultural” que enfatiza a importância da linguagem e do discurso nas representações sociais, e não unicamente como reflexo das relações econômicas (RAGO, 1999).

10 Para esta pesquisa utilizamos somente os livros *História da Sexualidade I – A vontade do Saber* e *A ordem do discurso*, por serem os volumes que se encaixam metodologicamente melhor com o aprofundamento do debate.

11 Quando o termo representação social é utilizado neste trabalho, deve-se pensar em seu significado, sobretudo, explicado por Stuart Hall – que também é inspirado na problemática do discurso enquanto produção de verdades de Foucault. Para Hall (1997) “La representación es la producción de sentido a través del lenguaje” (p. 13), de forma construcionista, a qual sustenta que as coisas existem, mas que só no discurso elas passam a ter significado.

12 Esse poder estaria em toda parte, não sendo uma instituição ou estrutura, “é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p.103).

paços como na medicina, no confessionário e na literatura. A sexualidade não teria sido reprimida, mas interditada. Os corpos e o sexo foram, segundo Foucault, construídos a partir do discurso, que impôs normatizações e instituiu verdades. A religião e a ciência da sexualidade, ou como chamou o autor “*scientia sexualis*”, passaram a determinar o que era correto e incorreto no campo da sexualidade. Desta forma, por ser considerado saturado de sexualidade o corpo da mulher “[...] foi integrado, sob o efeito de uma patologia que lhe seria intrínseca, ao campo das práticas médicas” (FOUCAULT, 1998, p.98).

Guacira Lopes Louro, em seu artigo *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas* (2008), complementa a discussão ao argumentar que a construção do gênero e da sexualidade se dá ao longo da vida, por instituições como a família, a igreja, as mídias, a escola, instituições legais e médicas, de forma sutil, naturalizando padrões sobre os modos de ser e agir dos corpos. Um discurso – ou uma voz, como ela chama – que vinha, e vem até hoje, de forma quase incontestável, do homem branco heterossexual de classe média urbana. “Passamos, assim, a tomar como verdade que as mulheres se constituíam no ‘segundo sexo’ ou que gays, lésbicas, bissexuais eram sujeitos de sexualidades ‘desviantes’” (LOURO, 2008, p. 20-21).

Para Tania Navarro Swain (2001), no artigo *Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”*, apesar de hoje em dia somente alguns discursos religiosos ou de extrema direita continuarem a usar um tom pejorativo sobre as mulheres, as imagens, palavras, piadas e letras de música continuam reproduzindo socialmente que a mulher está atrelada à sua natureza “feminina”. Assim, o imaginário ocidental continua a relacioná-la à sua sedução tida como perversa, à sua suposta inferioridade física, social e intelectual, e à sua dependência do sexo masculino. Para ela, essas construções apresentam sua forma mais intensa no discurso midiático.

Por esse poder que o discurso midiático mantém sobre a criação das subjetividades da sociedade, nas últimas décadas, importante pesquisador acerca da mídia e que tem contribuído muito para o debate sobre a influência dos meios de comunicação nos comportamentos e construção de identidade é o norte-americano Douglas Kellner. Em sua obra

*A cultura da mídia*¹³ (2001), Kellner problematiza a maneira como a cultura veiculada pela mídia reitera as relações de dominação e opressão produzindo identidades que integram o indivíduo na cultura dominante.

A cultura da mídia, assim como os discursos políticos ajuda a estabelecer a hegemonia de determinados grupos e projetos políticos. Produz representações que tentam induzir anuência a certas posições políticas, levando os membros da sociedade a ver em certas ideologias “o modo como as coisas são” [...]. Os textos culturais populares naturalizam essas posições e, assim, ajudam a mobilizar o consentimento às posições políticas hegemônicas (KELLNER, 2001, p.81).

Para ele, a “cultura da mídia” deve ser lida politicamente, não somente em seu contexto sociopolítico e econômico, mas nos componentes dentro dos textos que codificam relações de poder promovendo os interesses dos grupos dominantes, já que são através desses textos que os indivíduos veem o mundo e interpretam os processos sociais. Assim, “são as representações que ajudam a constituir a visão de mundo do indivíduo, o senso de identidade e sexo, consumando estilos e modos de vida, bem como pensamentos e ações sociopolíticas” (idem, p.82).

Kellner (2001) afirma que é a ideologia da “cultura da mídia” que transforma o “eu” em uma norma. Sendo esse “eu” o mesmo descrito por Guacira Lopes Louro, o “branco, masculino, ocidental, de classe média ou superior”, com “posições que veem raças, classes, grupos e sexos diferentes dos seus como secundários, derivativos, inferiores e subservientes” (KELLNER, 2001, p. 83). A ideologia transforma o que é culturalmente transitório em algo natural e o que é político em apolítico:

Por exemplo, diz-se que as mulheres por natureza são passivas, domésticas, submissas, etc., e que seu domínio é a esfera privada, o lar, enquanto a esfera pública é reservada aos homens, supostamente mais ativos, racionais e dominadores. [...] Esse modo de pensar sexista e racista baseia-se numa série de oposições binárias que os estudos culturais críticos tentam subverter e solapar. [...] Portanto, o feminismo e a crítica do racismo fazem parte integrante de um estudo cultural multicultural (idem, p.84).

Nesse processo, segundo o autor, a ideologia passada pela “cultura da mídia”, cria processos de identificação com certas identidades e evita outras.

13 A expressão ‘cultura da mídia’ tem a vantagem de designar tanto a natureza quanto a forma das produções da indústria cultural (ou seja, a cultura) e seu modo de produção e distribuição (ou seja, tecnologias e indústrias da mídia). Com isso, evitam-se termos ideológicos como ‘cultura de massa’ e ‘cultura popular’ e se chama a atenção para o circuito de produção, distribuição e recepção por meio do qual a cultura da mídia é produzida, distribuída e consumida. (KELLNER, 2001, p.52).

Projetando “modelos sociais e sexuais, formas apropriadas e inapropriadas de comportamento, estilo e moda” (KELLNER, 2001, p.330).

Entretanto, assim como Foucault, Kellner dá atenção especial ao fato de que no discurso – inclusive no discurso midiático – também criam-se as resistências. Como diz Foucault (1988), as correlações de poder “não podem existir senão em função de uma multiplicidade de pontos de resistência que representam, nas relações de poder, o papel de adversário, de alvo, de apoio, de saliência que permite apreensão” (FOUCAULT, 1988, p. 106). Para Kellner (2001), a “cultura da mídia” apresenta formas de resistência que se alcançadas pelas parcelas interessadas, constroem efeitos contra-hegemônicos, com possibilidades de resistência e luta.

No caso das relações de gênero, as resistências ocorrem quando, por exemplo, as mulheres participantes dos grupos de esquerda nos anos 70, desconstruem a naturalidade dos papéis de gênero a elas impostos, e passam a pedir por igualdade através de mídias alternativas feministas. Também, pode-se considerar que a resistência é personificada através dos estudos que tentam incentivar a pesquisa de gênero e questionar a história geral e seu posicionamento androcêntrico. Ademais, uma outra resistência, que não se pode mensurar com esta pesquisa, mas há de considerar que ela exista, é a não assunção de discursos midiáticos. Negação de seguir certos parâmetros e normatizações ofertados pela mídia – “micro-subversões” que acabam por recriar discursos. Logo, não podemos crer que eles chegam aos indivíduos da mesma maneira, nem que todos eles “comprem” suas ideias ou mesmo as absorvam de maneira “homogênea”.

1968, MILITÂNCIA E MULHERES: UM SILÊNCIO A SER COMPREENDIDO

O ano de 1968 foi um marco para a história mundial, sobretudo aos estudos sobre revoluções. O contexto mundial somado aos problemas internos fez com que cidades como Paris, Praga, Cidade do México, Tóquio, Los Angeles, Berlim e Rio de Janeiro fossem palco de lutas, barricadas e ocupação das ruas, pois os cidadãos consideravam que tinham muito a denunciar: o sistema acadêmico, o poder do dinheiro, a guerra, o imperialismo, o autoritarismo, a burocracia, a tradição, a falta de criatividade, o consumismo. “E ao ser tempo de contestação, foi tempo de contracultura, de experimentalismos, de cultura

reflexiva e de arte engajada. 68 foi a contestação pela transgressão. E, em alguns momentos, 68 foi a contestação pela revolução” (PADRÓS, 2003, p.13).

No Brasil, o ano de 1968 foi consequência do golpe de 1964. Período onde a perseguição política e a censura foram ferramentas estatais para manutenção do regime político, o que foi contribuindo para a formação de uma atmosfera de descontentamento, principalmente entre intelectuais e estudantes, como relata Reis (2005):

Em 1968, o movimento estudantil tomou um outro vulto, sobretudo no primeiro semestre, culminando o processo na chamada Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Não apenas se unificaram as lutas dos estudantes universitários, em torno de suas entidades representativas e de reivindicações concretas, mas também toda uma série de categorias descontentes passou a se agrupar ao lado deles: escritores, religiosos, professores, músicos, cantores, cineastas, além de outros setores estudantis, como os secundaristas. (p.48).

O movimento estudantil paulatinamente tornou-se amplo e forte, pois buscava, além da reforma universitária pretendida antes de 1964, a garantia das liberdades democráticas. Como consequência dessa movimentação, ocorreu o início de uma intensiva estatal, que buscava, através do uso da violência, a manutenção das prerrogativas do Estado. “Tiros e pancadaria passaram a ser uma constante, pois os militares viam nos protestos de rua um ato de guerrilha urbana que deveria ser brutalmente reprimido” (ZAPPA e SOTO, 2008, p.227).

Vale ressaltar que, conforme aponta Pedro (2008), apesar de as representações dos revolucionários serem majoritariamente masculina, os grupos de resistência à ditadura militar não eram compostos apenas por homens – como também não eram homogêneos em suas ideologias. Com olhar atento, a historiadora denuncia que as questões de gênero foram desprezadas por grande parte da literatura, que se refere a estes indivíduos majoritariamente como “estudantes”, “jovens” e “ativistas”. E destacam os protagonistas das lutas, cargos ocupados sempre por homens. Como afirma a autora:

Na maior parte das vezes, a referência aos movimentos de mulheres e feministas, anteriores ou participantes dos movimentos de 1968, costumam aparecer como um adendo, um anexo “quase envergonhado”, um pequeno capítulo, como para não dizer que não se falou delas; ou simplesmente, nada se diz. Para encontrar informações sobre estes movimentos é preciso buscar uma bibliografia específica, que discuta 1968 a partir de um enfoque feminista (PEDRO, 2008, p. 62).

Maria Cláudia Badan Ribeiro (2008), em seu estudo sobre a militância feminina na luta armada brasileira, relata que embora haja livros de grande relevância histórica no assunto, como *Memórias do Exílio* (Albertina O. Costa), *Mulheres, Militância e Memória* (Elizabeth Xavier Pereira) e *A resistência da Mulher à ditadura Militar no Brasil* (Ana Maria Colling), “há muito ainda a se fazer para resgatar os depoimentos e experiências que são mantidos em silêncio por elas próprias e cujos itinerários de vida e luta ainda são desconhecidos pela maior parte da sociedade brasileira” (RIBEIRO, 2008, p.4).

A maioria desses estudos trazem relatos das militantes que falam oficialmente sobre sua participação política pela primeira vez.

O levantamento da literatura de testemunho revela um fato interessante: são raríssimos os livros escritos por mulheres, não obstante a significativa participação feminina na luta armada e as torturas, mortes e desaparecimentos de corpos. Muitas das que sobreviveram à tortura e à prisão são jornalistas, professoras universitárias e intelectuais acostumadas a escrever. No entanto, quarenta anos após, poucos são os livros em que as mulheres são o sujeito do discurso. (MORAES M., 2004, p. 308)

De acordo com pesquisa realizada na área de psicologia social pelas professoras Ingrid Faria Gianordoli-Nascimento, Zeide Araújo Trindade e Maria de Fátima de Souza Santos (2007), o silêncio das militantes é normal em processos traumáticos como o caso do exílio e tortura vivenciados por elas, onde relatar experiências pessoais gera conflitos emocionais e lembranças que querem ser esquecidas. Porém “essa situação favorece a despolitização da memória do período, uma vez que as ameaças e experiências traumáticas originadas na repressão política acabam por ser socialmente validadas” (p. 369).

Tal pesquisa não só traz o relato da militância de nove mulheres que sobreviveram à prisão, como também enfoca as tensões de identidade que ocorriam nos grupos. As entrevistadas relataram que precisavam assumir posicionamentos considerados “masculinos” para serem respeitadas, gerando uma igualdade de gênero retórica, na qual questões feministas exigiam um tratamento próprio, e, portanto, não era uma das reivindicações (GIANORDOLI-NASCIMENTO et. al., 2007). Sendo assim, den-

tro dos grupos de esquerda algumas das relatadas eram chamadas de “meninhas filhinhas de papai” ou “igrejeiras”, um claro preconceito de gênero. Ou pior, como conta Pedro (2008) sobre Stokely Carmichael, líder de esquerda nos anos 60, que “quando perguntado sobre o papel das mulheres no SNCC – Comitê de Coordenação Estudantil Anti-Violência, respondeu: ‘A posição das mulheres é de brucos’” (FARRELL *apud* PEDRO, 2008, p. 67).

Além disso, Cristina Wolff (2011), em seu artigo *Machismo e feminismo nas trajetórias e militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio*, relata que de acordo com os depoimentos colhidos por ela, as mulheres mantinham um papel de provedoras dos militantes, fazendo com que casas e apartamentos utilizados por eles parecessem “lares normais”. Sendo assim, as mulheres que deveriam se orgulhar por transgredir duplamente seu papel na sociedade – primeiro por confrontar a lei e o regime ditatorial, tal qual os demais militantes, e segundo por transcender o seu papel de gênero, no qual, segundo o pensamento hegemônico, às mulheres era reservado o espaço privado – sentiam, no entanto, um mal-estar, um constrangimento nas organizações.

Nas memórias de muitas mulheres participantes da luta de esquerda armada no Cone Sul nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970, é muito claro um sentimento de amargura com relação às organizações das quais elas faziam parte. As acusações são muitas, e fortes: as mulheres raramente chegavam a postos de direção, tinham que estar a todo instante provando que eram confiáveis, corajosas e fortes, e elas tinham que se desligar de tudo o que representava sua feminilidade para serem levadas a sério. (WOLFF, 2011, p. 33)

Wolff (2011) relata, entretanto, que esse ressentimento, mal-estar e constrangimento na militância só pôde se transformar em consciência em relação aos preconceitos de gênero – transformando-os em palavras como machismo, opressão, mulher-objeto e submissão – depois do exílio dessas mulheres e o contato com os termos do feminismo. Isso não significa, no entanto, que no Brasil não houvesse qualquer movimentação feminista. Algumas ideias transgressoras já eram propagadas através de livros, folhetos, escritos em muros e principalmente em grupos de consciência¹⁴.

14 Do exílio, algumas mulheres trouxeram o modelo de empoderamento que havia funcionado para si: os grupos de consciência, que eram compostos somente por mulheres, pelo menos até que elas estivessem suficientemente empoderadas e que em consequência, já não temessem em pedir a palavra. A partir de um desses grupos, que iniciaram no Brasil em 1972, surgiu um dos meios de comunicação alternativos feministas, o Nós Mulheres (PEDRO, 2008).

É comum, no Brasil, ao se falar das movimentações de 1968, não atribuir ao movimento de mulheres ou feminismo qualquer participação ou minimizar suas atividades. E quero adiantar que concordo em parte com isso. Na verdade, desconhece-se qualquer movimentação de mulheres e feministas em 1968, no Brasil. Entretanto, algumas mulheres, que se tornaram conhecidas como feministas nos anos setenta, já estavam escrevendo, discutindo, divulgando idéias (PEDRO, 2008, p.61).

Contudo, essas ações eram insuficientes para atingir uma coletividade, ou mesmo de ser capaz de abalar estruturas, como já acontecia, em 1968, em países da Europa e da América do Norte, que já vivenciavam a segunda onda do feminismo.

Por conseguinte, a grande pergunta que começa a se formular nesta pesquisa é: se nos demais países a conscientização de gênero estava em alta e o feminismo erguia suas bandeiras concomitantemente às demais bandeiras sociais, porque no Brasil em 1968 as mulheres militantes dos movimentos de resistência ainda não se entendiam feministas, não estavam empoderadas ou se organizavam coletivamente para reivindicar um papel igualitário e questionar o tratamento que a elas era dado nos grupos de esquerda?

REVISTA REALIDADE: UMA PRODUÇÃO REVOLUCIONÁRIA?

Sabe-se que em todo estado autoritário é através dos meios de comunicação de massa que os dominantes mantêm a ordem e propagam suas ideologias, e que a “hierarquia, conceito fundamental nas forças armadas, não convive bem com a igualdade, conceito fundamental da democracia” (SOARES, 1994, p.47 *apud* MORAES, L. 2007, p. 39). Para manter valores militares como a militarização e a manutenção do patriarcado, as ditaduras utilizam a censura aos veículos de massa como suporte.

Encarava-se como necessário o controle da informação a ser divulgada, para preservar a imagem do regime, num exercício de ocultação que passa, inclusive, pela negação de visibilidade, ao leitor, de suas próprias condições de vida. Afinal, nada pode ser mais “subversivo” do que enxergar a si próprio (AQUINO, 1999, p.15).

Com a falta de informação, a população passou a viver um “inconformismo cultural que reforçou marcas permanentes da produção intelectual brasileira, especialmente aquelas que adquiriram significado simbólico expressivo para os setores letrados das classes médias urbanas” (FARO, 1999, p. 57). Por isso, algumas editoras acreditaram na possibilidade de novas publicações na área do jornalismo de revista, como uma forma de suprir essa carência. Dois exemplos são significativos: a revista *Veja*, lançada em 1968 e que atua como revista de maior circulação no Brasil na atualidade¹⁵, e a revista *Realidade* considerada por muitos profissionais de comunicação um marco no jornalismo brasileiro. Nesta pesquisa utilizaremos a revista *Realidade* como fonte de pesquisa, já que ela foi o grande periódico lido ao longo de todo o ano de 1968.

*Realidade*¹⁶ surgiu em 1966, a partir de um projeto proposto por Paulo Patarra que visava a expansão da editora através de uma grande revista de interesse geral. O jornalista, que era o redator-chefe do veículo, estabeleceu alguns pontos de partida que explica muito a linha editorial adotada ao longo de seus dez anos de existência:

1) Revista mensal com muita cor e papel bom; 2) é de classe, de peso, funcionando como ápice da pirâmide de revistas da Abril; 3) para a Editora, a revista é cartão de visita, bandeira, prova de sua capacidade de bem editar; 4) a revista deve trazer prestígio; 5) é de interesse geral, mais masculina que feminina no relacionar e tratar assuntos. Melhor: é revista masculina porque não é feminina; 6) muita mulher precisa ser ganha pela revista; 7) prestígio se consegue com a escolha dos assuntos, com a qualidade do texto e da apresentação; 8) a receita não é a atualidade; 9) a revista vai precisar equilibrar texto e ilustração, não pode ser revista só de texto ou ilustração; 10) o que deve ser a revista é função direta de duas coisas: a) necessidade e possibilidade da Editora; b) necessidade de possibilidade dos leitores (PATARRA, 1994, *apud* MORAES, L. 2007, p.45).

Percebe-se com isso que, já na sua elaboração, os editores, embora visassem o interesse geral, acharam prudente especificar o público para qual era destinada – o que incluía recorte de gênero –, como também diferenciá-la das revistas femininas que eram suas concorrentes, buscando com isto encaixar-se num nicho de mercado bastante específico.

15 De acordo com a Associação Nacional de Editores de Revista (Aner), de janeiro a setembro de 2014 a revista *Veja* possuía uma circulação de 1.167.928, sendo a revista semanal de maior circulação no país, seguida da *Época*, com circulação de 390.709, no mesmo período.

16 *Realidade* aproximava-se do *newjournalism*, um estilo de discurso iniciado nos Estados Unidos que aproximava o jornalismo da literatura, com matérias mais completas e interpretativas, em que muitas vezes o repórter era um dos personagens da narrativa, vivenciando o seu objeto de análise (MORAES, L., 2007). Foi por seu estilo que, em dez anos de existência, a revista ganhou sete Prêmios Esso de Jornalismo, chegou a uma tiragem de 505 mil exemplares na edição no 11 e se destacou como referência de qualidade no meio jornalístico.

E conseguiu. Em contato com duas pesquisas de opinião realizadas pela revista, em janeiro e agosto de 1966, e pela análise das cartas dos leitores, Letícia Nunes de Moraes (2007), em seu livro *Leituras da revista Realidade: 1966-1968* pôde traçar um perfil detalhado, sendo que em sua maioria, os leitores eram homens, da região sudeste, com ensino superior, políticos e professores. Ou seja, a revista atingia predominantemente a elite nacional, classe média, que tinha acesso à educação, às universidades, preocupados com assuntos de grande debate no país, além, é claro, de serem indivíduos economicamente favorecidos e que, desta forma, poderiam pagar pelo preço da revista.

Em um estudo detalhado sobre a revista intitulado *Revista Realidade, 1966-1968: tempo da reportagem na imprensa brasileira*, José Salvador Faro (1999) relata que ela possuía um caráter verticalizado e um discurso transgressor, distribuídos em 12 matérias mensais. Ao problematizar a representação feminina feita pela revista, Faro defende que a revista transgrediu os padrões de comportamento em suas matérias. Ousou ao abordar temas como a prostituição, o anticoncepcional, o divórcio, o parto. Enfim, para ele:

[...] as matérias de Realidade encontravam um contexto favorável à polêmica em torno de padrões de comportamento, mas era um quadro duplamente favorável ao debate sobre o papel da mulher, um debate surdo que pré-existia às matérias da revista, mas que a sintonia de sua pauta com os problemas do presente não deixava escapar. (FARO, 1999, p.108)

Logo, indo ao encontro das ideias de Faro, pesquisas calcadas na perspectiva analítica de gênero que se dedicam a estudar a revista¹⁷ – por levantar assuntos hoje vistos como corriqueiros, mas que para a época ainda eram tabu – chegam a colocar o periódico como um aliado às causas feministas e à emancipação das mulheres. A edição dedicada às mulheres realmente encanta pelo conteúdo, já que apresenta:

[...] uma pesquisa sobre o que é, o que faz, o que pensa e o que quer a mulher brasileira, efetuada por dez pesquisadores que percorreram o Brasil para conseguir 1200 entrevistas; um alegre artigo sobre a indiscutível, nunca proclamada (e terrível), superioridade natural da mulher; oito páginas a cores desvendando os “mistérios” da anatomia e biologia

femininas; um ensaio fotográfico sobre o amor materno; reportagem sobre o trabalho de freiras vigárias no Nordeste; reportagem sobre uma parteira; depoimento de uma jovem atriz sem medo de falar; artigo sobre a ilusão e o desengano de consultórios sentimentais; perfil de uma mãe-de-santo; três histórias de desquitadas com os seus problemas; a aventura de uma mulher que começou costureira e se tornou próspera industrial; e a confissão, corajosa e triste, de uma mãe solteira (LIBERADA EDIÇÃO SOBRE “A MULHER BRASILEIRA, HOJE”, nov. 1968, p.4).

Todavia, Valdir Heitor Barzotto (1998), ao analisar o discurso das diversas edições de *Realidade* em seu doutoramento intitulado *Leitura de revistas periódicas: forma, texto e discurso* ressalta que “uma revista é dada a ler como um todo e não enquanto um texto isolado. Assim, [...] veremos que aqueles espaços em que apareciam posições contrárias à ideologia dominante da época, vistos no conjunto da revista, tinham efeito bem mais modesto do que se acreditava” (BARZOTTO, 1998, p.15). Ainda para o autor, esse olhar sobre edições isoladas foi o que fez com que a revista fosse considerada transgressora. Na época, os militantes de esquerda orgulhavam-se de alguns veículos de comunicação por eles driblarem a censura e publicarem assuntos que não atendiam aos interesses do poder.

A discordância sobre o caráter revolucionário da revista, como se percebe nos autores citados, também ocorria entre os leitores da revista, percebido por Letícia Moraes (2007) nas análises das cartas e missivas de leitores publicados até 1968.

É curioso notar que alguns leitores acusam Realidade de ser “francamente antiamericana” e “usar disfarces esquerdistas” enquanto outros a criticam por tomar partido oposto traindo “ideologicamente nossa pátria a favor de uma nação estrangeira”, o que a própria revista traduziu como “pró-americana”. Na edição seguinte, o leitor pernambucano Afonso Barbosa de Carvalho, cuja carta foi reproduzida anteriormente (p.136), acusa a revista de não se definir propositadamente, para “ganhar mais”. Recebe uma resposta evasiva. A revista afirma que “definiu-se política e jornalisticamente quando apareceu ao público”, mas não diz pelo que se definiu. (MORAES, L., 2007, p. 140).

Percebe-se, contudo, que apesar de *Realidade*, em seus três primeiros anos, propor discussões progressistas em questões de costumes sociais, politicamente procurava manter-se imparcial, pois

17 Ver: OLIVEIRA, Karla Ingrid Pinheiro de. A multiplicidade do feminino nas páginas da Revista Realidade. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. ISSN 2179-510X; COSTA, Francielly de Brites. *As transformações da mulher brasileira retratadas nas edições especiais das revistas Realidade e Veja*. 2014, 156 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

agindo com audácia a lucratividade da empresa despencaria, tornando seu produto inviável. Por isso, o choque entre a revista e o governo só ocorreu nos primeiros anos. Com isso surge outro questionamento da pesquisa: após a edição destinada às mulheres brasileiras, a revista resistiu à pressão do poder público e continuou a mostrá-las como protagonistas de suas vidas ou reafirmou seu lugar simbólico de gênero já imposto pelo padrão normativo da sociedade?

AS MOCINHAS DE 68: PAPÉIS DE GÊNERO NAS MATÉRIAS DE REALIDADE

Analisando as 12 edições mensais de *Realidade* do ano de 1968, percebe-se que os movimentos estudantis foram abordados pelo periódico pela primeira vez em julho. Apesar de nos meses anteriores terem ocorrido grandes acontecimentos que envolviam jovens e que mobilizaram uma grande parte da população, como a morte do estudante Edson Luís em março, que desencadeou inúmeras manifestações pelo país e a Passeata dos Cem Mil¹⁸. Assim, percebe-se que além do assunto ser pouco abordado, foi dado aos jovens pouco espaço para falar sobre suas reivindicações no movimento.

Há somente três reportagens entre as 12 edições da revista *Realidade* publicadas em 1968 que abordam o tema e em que é dada voz aos participantes dos movimentos estudantis: *Êles querem derrubar o governo* (julho/1968), *A faculdade está ocupada* (julho/1968) e *Eis o que pensa um nôvo líder de esquerda* (agosto/1968), conforme analisaremos a seguir.

A primeira delas, *Êles querem derrubar o governo*, de julho, claramente, foi uma tentativa da revista de passar para os leitores o lado “rebelde sem causa” dos movimentos estudantis, sobretudo da União Nacional dos Estudantes (UNE), que na época agia na clandestinidade. Em 1964 o Regime Militar extinguiu-a, após a realização de um inquérito e o posterior decreto de autoria do Presidente, como a própria reportagem relata. A UNE, após seu último Congresso Nacional, que ocorreu em 1967, estava passando por um processo de cisão entre os considerados “oportunistas” e os “cupulistas, reformistas e conciliadores”. Por “oportunistas” eram conheci-

dos os participantes que, guiados por Luís Travassos (presidente da UNE) e Catarina Meloni, negavam o diálogo com o governo, e acreditavam que a luta deveria ocorrer a partir das massas nas ruas. Já os cupulistas e conciliadores, guiados por José Dirceu e Vladimir Palmeira, eram assim chamados por acreditarem na necessidade de dialogar com o governo, e por preferirem tomar as decisões dentro do conselho.

É essa luta interna que é destacada pela revista, através da participação do repórter José Carlos Marão em uma “secretíssima reunião de sessenta líderes estudantis de todo o país”. O autor destaca, porém, que “numa coisa eles todos estão de acordo: eles querem derrubar o governo” (MARÃO, 1968, p.26). A reportagem, tal qual as literaturas sobre o ano de 68, apresenta termos generalistas ao tratar dos atores dos movimentos estudantis. Já no início, ao descrever questões de segurança tomadas pelos participantes, diz-se que um “cabelo comprido raspado de repente ou um bigode que desaparece de um dia para o outro” (idem, p. 26) garante que façam o seu serviço. Também, sobre as roupas que devem usar, descrevem que não pareça com a de um estudante, optando por “terno e gravata de preferência”. Exclui-se, desta forma, o modo como as mulheres precisavam agir para manter a clandestinidade.

Por ser uma revista inspirada no *newjournalism*, e por isso mais literária que o jornalismo convencional, é comum a descrição detalhada de lugares e pessoas com quem o repórter se depara ao longo da sua pesquisa. Na reportagem já citada, “Êles querem derrubar o governo”, Marão descreve cuidadosamente cada detalhe de postura, objetos, veículos, diálogos, lugares e características físicas de seus atores. Sem uma análise crítica de gênero, esses detalhes poderiam passar despercebidos:

Luís Travassos, 22 anos, é um môço magrelo, meio alto, de voz e sorriso muito calmos, mas que numa assembléia ou concentração de estudantes se transforma. ‘Falando, é um leão’, dizem dêle” (idem, p.28).

Vladimir Palmeira, um carioca de altura média, meio gordinho, ia ser um dos terrores do Conselho. Com uma condição de liderança inegável, é filho do Senador Rui Palmeira. Muito jovem, tem a habilidade de quem está na política há tempos” (idem, p.32).

18 Os dois fatos chegam a ser citados no interior das reportagens analisadas, em julho e agosto, entretanto, sem o devido destaque. A morte do Edson Luís foi relatada como um dos acontecimentos no box em que é contada a história da UNE, na primeira fonte, e a Passeata dos Cem Mil como uma das conquistas do militante protagonista das reportagens, na última fonte desta pesquisa.

Catarina Meloni, a môça alta, vistosa, do interior de São Paulo, voz fina mas firme, pediu que os conselheiros vetassem a intervenção dos seis diretores da UNE da segunda posição” (idem, p.34).

Percebe-se que ao falar dos rapazes, os termos “leão” e “um dos terrores” dão o tom de força e coragem atribuídos ao masculino, sobretudo aos líderes de alguma organização. Já à Catarina, foram destinadas poucas características, além de nenhuma delas estar associada à sua capacidade política, como aos outros dois jovens citados. Enquanto Travassos transforma sua “voz e sorriso muito calmos” em um “leão”, e Vladimir é uma “liderança inegável” e possui “habilidade de quem está na política há anos”, Catarina é “vistosa”, e possui voz “firme”, embora “fina”. Entretanto, o trecho da reportagem que mais destaca as diferenças entre os gêneros, e reforça os papéis normativos das mulheres na sociedade, é o que a encerra:

- [...] Foi um dos melhores dias de Catarina:
 – Ficou contente com a vitória, Catarina?
 – Claro. Você viu? A massa está com a gente.
 – Catarina, você só faz política estudantil, mais nada?
 – Mais nada.
 – É disso que você gosta?
 – É.
 – Não sobra tempo nem pra namorar?
 – Sobra, claro. Afinal, êsse trabalho não é tão árduo assim.
 – E você tem namorado?
 – Não, *num* dá tempo. (idem, p.35)

Dos entrevistados para a reportagem, nenhum outro havia sido questionado sobre sua sexualidade, afetividade e exclusividade no movimento estudantil. A noiva de Travassos até chega a ser citada na matéria, mas como a pessoa que quando encontra alguém que verá o noivo, envia-lhe uma camisa limpa. Logo, com olhar atento, notamos que por mais que a revista tentasse transgredir os padrões da época, reforçava-os.

O ativismo dos rapazes, por exemplo, foi destacado como algo que os obrigava a abandonar suas casas, deixar de ver seus pais, e ter “uma vida corrida, de reuniões, prisões, discursos, discussões e fuga da polícia” (idem, p.28), e isso já bastava. Já a Catarina foi questionado se ela não fazia mais nada, nem mesmo namorar. Reforçando-se que ela deveria fazer mais coisas, ou seja, assumindo outros papéis que a ela cabem – papéis do espaço privado historicamente destinados à mulher, como casar e ter filhos, iniciados por um namoro.

Na segunda reportagem, *A faculdade está ocupada*, também de julho de 1968, Dirceu Soares

“conta como os universitários vivem semanas dentro de uma faculdade, seus momentos de tensão, suas preocupações, seus medos, suas brigas com grupos rivais e os problemas de espionagem” (SOARES, 1968, p.49). Diferentemente da reportagem anterior, essa demonstra com mais clareza a organização dos estudantes, suas reivindicações, sua politização, embora encerre demonstrando o cansaço dos ativistas no movimento. Entretanto, nela está mais evidente as diferenças de gênero dentro do movimento, criando assim, subjetividades em torno da participação das mulheres na ocupação da faculdade.

Como o repórter detalhou o cotidiano dos estudantes alojados na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP), percebe-se que cabia predominantemente aos rapazes a função de segurança e liderança, e às mulheres a manutenção do prédio. Os termos femininos só eram destacados quando explicavam funções secundárias socialmente destinadas a elas, como passar recados e cozinhar. No restante das atividades, mantinha-se os termos generalistas, como “alunos” e “estudantes”:

Os estudantes da Segurança formam, na estrutura da escola ocupada, um misto de polícia estudantil, encarregada da defesa do prédio e de colegas, e de grupo de choque nas passeatas (SOARES, 1968, p.50).

[..] apenas uns vinte rapazes de Segurança permanecem no prédio da Maria Antônia (idem, p.52).

Algumas môças, na entrada, pedem donativos em dinheiro para a campanha e cigarros para os que vão passar a noite vigiando a escola (ibidem).

O cardápio afixado na parede, prevendo **Conso-mê à Mao, Patê à Ho Chi Minh** ou **Bananas da tropicália**, é só de brincadeira, na verdade, é sempre sopa de ervilha, macarrão ou arroz, comprados com o dinheiro da caixinha e preparados por universitárias da Comissão de Manutenção. São elas também que fazem o café com leite de manhã e sanduíches (idem, p. 54, grifos do autor).

Os termos “môça” e “rapaz”, como usados nos trechos acima citados, criaram uma relação de paralelo, próximo à ideia de igualdade, não reforçando, como em outros momentos, aspectos de feminilidade e fragilidade da mulher. O que destaca os papéis de gênero são as funções normativas descritas para cada um. Entretanto, em outros momentos, a reportagem utiliza o termo “mocinha”, no diminutivo, que ao lado de “rapaz” causa a sensação de fragilidade, de alguém que precisa ser tutelado, com

menos importância, com papel menos considerável, ou até mesmo insignificância no movimento¹⁹. O que pode ser observado no trecho a seguir:

Agora o alto-falante só enche de som o saguão. Uma mocinha, através dêle, avisa os horários de aulas dos cursos-pilotos que estão sendo feitos nestas férias, conferências, assembléias; ou convoca alguém da Segurança para resolver um problema (idem, p.52).

Uma mocinha chega para um rapaz da Segurança que está na porta e lhe entrega um bilhete:

– Acho que encontrei mais um dedo-duro – diz ela ao ouvido do rapaz. O sobrenome dêle está aqui. Vou ver se consigo o nome todo e depois trago.

No saguão, outra mocinha vê um rapaz fumando e pede um cigarro, explicando:

– Eu tinha um maço cheio mas dei êle todo na porta. Você não deu, deve ter aí.

– Eu só dei alguns. Se tivesse dado todos, como é que a gente poderia estar fumando agora? (idem, p.56).

Ainda, a reportagem traz como um dos seus subtítulos *Os amôres da espiã*, no qual relata a história de Heloísa Helena Magalhães, policial que se infiltrou no movimento estudantil, namorou diversos membros, até chegar ao líder, José Dirceu, de quem colhia informações e repassava ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Heloísa foi descoberta, presa pelos estudantes e virou piada. O que chama atenção no posicionamento da revista sobre a espiã é que quando relatam uma história onde o protagonismo é de uma mulher, ainda é sob o véu da estereotipação de gênero. A revista descreve: “É bonitinha, mas tem os dentes um pouco para fora” (SOARES, 1968, p.56), reforçando a objetificação do corpo feminino que precisa ser avaliado e aprovado dentro dos padrões sociais. É interessante ressaltar que a desqualificação de “atributos físicos” da mulher, ou o questionamento de sua feminilidade, é estratégia histórica para deslegitimar seus discursos e/ou ações. É a maneira de, através do escárnio, deslegitimar sua fala. Constrangê-las e silenciá-las.

Mais à frente, a reportagem conta que a Polícia desmentiu a espiã, dizendo que ela era “ vaidosa, cheia de imaginação e queria aparecer”, uma busca clara de reafirmar o desequilíbrio emocional historicamente associado às mulheres. Ao fim do trecho, quando Soares relata o desfecho da história da espiã, que depois de liberta virou assunto nacional de jornais e revistas, reafirma esse lugar subjetivo de gênero dizendo: “Heloísa, a que queria aparecer, apareceu” (idem, p.56).

A terceira reportagem, intitulada *Eis o que pensa um nôvo líder da esquerda*, de agosto de 1968, traz um posicionamento explícito da revista *Realidade* sobre qual dos lados de cisão da UNE, citados na reportagem de julho, eles apoiavam. Nela, o jornalista Marcos de Castro faz uma entrevista secreta com Vladimir Palmeira, líder estudantil estadual do Rio de Janeiro, citado na reportagem *Êles querem derrubar o governo* como da “segunda posição”, ou seja, a “conciliadora”. A revista apresenta, de forma quase romântica, a imagem de um novo líder da esquerda pacífico, calmo, e que embora consiga organizar grandes manifestações, tem a clara consciência de que estudantes não conseguem derrubar governos. Ressaltamos que, no mês seguinte, seriam realizadas as eleições para a presidência da UNE e a revista apoiava que Vladimir era um grande nome para o cargo.

Na descrição de Vladimir, após seu nome e idade, é seu estado civil que aparece, já que socialmente, ser casado, como é o seu caso, demonstra maior responsabilidade. Nessa descrição, não são ressaltadas características físicas do líder estudantil, diferentemente do que acontece com “sua mulher”, que é apresentada aos leitores já no primeiro parágrafo: “Na frente ia sua mulher. Ana Maria, loura, magrinha, cabelos muito compridos. Como o marido, ela é aluna da Faculdade Nacional de Direito, mas êles estão suspensos por dois anos por atividades políticas” (CASTRO, 1968, p.63). Uma foto de Vladimir e a esposa, ambos de perfil, aparece na terceira página, com a legenda: “‘Minha vida particular não interessa’. Êle e a mulher”.

Apesar de o jovem explicar aos jornalistas que, como seu interesse por ele enquanto fonte é no campo político, é nesse campo que os repórteres devem manter suas perguntas, Castro consegue incluir a esposa de Vladimir na matéria, sem nada perguntar sobre ela. “Nesse dia, enquanto Vladimir dava a entrevista, sua mulher funcionou como olheira, enquanto ia buscar no botequim em frente sanduíches que seriam o almoço dos dois, como em tantas outras vezes” (CASTRO, 1968, p.64). Utilizar a imagem da mulher companheira, cuidadora, e abaixo na hierarquia de gênero, reforça a masculinidade, a seriedade, a responsabilidade e a força do líder. Se ele é alguém que merece esse cuidado, é alguém que merece também a confiança do leitor.

19 Sobre o assunto indicamos novamente: BORGES, Cristina. A mulher na língua do povo: uma análise linguístico-semântica. Disponível em www.facimed.edu.br.

Quando houve a oportunidade de demonstrar a igualdade de gênero dentro do movimento, ressaltando a participação além do líder, sobretudo de Ana Maria, que também fora afastada da faculdade por posicionar-se politicamente, entretanto, o autor optou por destacar a importância de outros moços:

Mas é claro que, sozinho, Vladimir Palmeira não faria nada. Apesar do peso de sua liderança – do que, aliás, ele tem nítida consciência, sem que isso lhe suba à cabeça –, há outros moços que formam uma espécie de estado-maior da organização estudantil carioca, num perfeito entrosamento de equipe (idem, p.67)

Nada mais é dito sobre as mulheres nas três reportagens, nenhuma outra ativista é ouvida ou relatada como protagonista dos movimentos. O silenciamento, assim, também demonstra que apesar do interesse da revista em conquistar o público feminino – mesmo que se diferenciando das revistas especializadas do gênero –, em manter autonomia e independência do regime militar e ajudar o Brasil a descobrir-se (SCALZO, 2004), ela evitou ser tão audaciosa, pois pretendia manter-se no mercado. Além disso, deve-se levar em conta que ela era uma revista feita por homens e para os homens, uma vez que em seu quadro de editores e jornalistas, as mulheres eram somente convidadas em algumas edições, e seu público era predominantemente de homens como já descrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 1968 ainda tenta ser compreendido. Para contar seu impacto para a história do Brasil, historiadoras e historiadores continuam a resgatar depoimentos e dar visibilidade aos participantes dos movimentos de resistência a um regime militar que começava a se mostrar como tal. Nas edições de 1968 de *Realidade*, percebe-se que somente os estudantes estavam cientes da sua inserção em uma ditadura militar proveniente de um golpe de Estado. Muitos ainda duvidavam, argumentando inclusive, que se os jovens estavam podendo se manifestar, sair às ruas e ocupar faculdades, é porque ainda permaneciam em um estado democrático. Hoje se sabe que não.

O silêncio sobre as mulheres é uma incógnita ainda maior para a história. Embora participassem dos movimentos, a elas era destinado um papel considerado secundário, como um apoio aos reais atores, os homens. Embora muitas delas tivessem

capacidades para estar em cargos de liderança, elas mesmas não exigiam essa posição, por não terem a consciência da opressão que vivenciavam, já que estavam inseridas e identificadas em uma sociedade patriarcal. Faltava-lhes consciência de gênero, faltava-lhes contato com mulheres que já haviam descoberto o feminismo e estavam buscando seu lugar igualitário na sociedade.

Os veículos de comunicação de massa poderiam ter feito o papel social de despertar essas mulheres ao movimento de busca pela emancipação feminina, que acontecia em diversos outros países. Poderiam falar de feminismo, de Simone de Beauvoir, da queima dos sutiãs. Sobretudo *Realidade*, que era um veículo proposto a ser transgressor e revolucionário para a época. Ao contrário, o que se percebe nas reportagens analisadas é uma naturalização dos padrões sociais de gênero.

As poucas vezes que foram citadas, as raras vozes femininas ouvidas, os generalismos de termos e o uso de “mocinha” em alguns trechos, destacaram o papel secundário ao qual as mulheres eram destinadas nos movimentos de esquerda. Ressaltavam a visão de fragilidade e necessidade de cuidados do universo feminino. Ao questionar Catarina sobre suas atividades fora do movimento, sobretudo se namorava, a revista reforçava o destino social esperado de uma mulher. Ao falar de Ana Maria, esposa de Vladimir Pereira, sem lhe dar voz, mas relatando que a ela cabia “buscar o sanduíche” enquanto ele era entrevistado, reforçava-se que à mulher é destinado o espaço privado e ao homem o público.

Até mesmo ao abordar em um trecho de sua matéria um papel protagonizado por uma mulher, a policial espia Heloísa, a revista ressaltou sua vida sexual, como se seu profissionalismo fosse construído a partir do sexo. Também sobre ela abordaram o desequilíbrio emocional, recurso muito utilizado pelo patriarcado para deslegitimar o discurso de resistência das mulheres na sociedade. Com seu posicionamento, *Realidade* legitimou o silêncio e a invisibilidade das mulheres ativistas de 1968, assim como a maioria das literaturas acadêmicas fizeram.

Conclui-se, assim, que é necessário que pesquisadoras feministas continuem a acreditar em uma categoria de análise de gênero como fundamental para o entendimento da história mundial. A nós cabe resgatar os conflitos e tensões, as subjetividades e representações de gênero que fizeram, e continuam fazendo, com que a sociedade normatize papéis de protagonistas e coadjuvantes, sendo os homens os

seres ativos, e as mulheres as passivas e submissas. As mulheres participaram da história, resistiram às desigualdades e, sobretudo, estão destacando essas tensões para despertar mais mulheres ao seu empoderamento e emancipação. Por isso, pesquisas como esta precisam de continuidade, para que aos poucos se atinja a igualdade tão almejada pelos movimentos políticos feministas. Academia e ativismo, desta forma, podem caminhar juntos.

FONTES

MARÃO, José Carlos. Eles querem derrubar o governo. In **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 28, jul. 1968, p.26-36.

SOARES, Dirceu. A faculdade está ocupada. In **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 28, jul. 1968, p.49-56.

CASTRO, Marcos de. Eis o que pensa um nôvo líder de esquerda. In **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 29, agos. 1968, p.62-67.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

BARZOTTO, Valdir Heitor. **Leitura de revistas periódicas**: forma, texto e discurso. Um estudo sobre a revista Realidade (1966-1976). 228 f. Tese (Doutorado). Instituto de Estudos de Linguagem/ Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

FARO, José Salvador. **Revista Realidade, 1966-1968**: tempo da reportagem na imprensa brasileira. Canos: Ed. da ULBRA, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade do saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários. In **Interamerican Journal of Psychology**, v. 41, n. 3, p. 359-370, 2007. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-96902007000300011. Acesso em 14/08/2015.

HALL, Stuart. El trabajo de la representación. In Stuart Hall (ed.), **Representation: Cultural Representations and Signifying Practices**. London, Sage Publications, 1997. Cap. 1, pp. 13-74. Traducido por Elías Sevilla Casas.

KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia – estudos culturais**: identidade política entre o moderno e o pós-moderno. Trad. Ivone Catilho Benedetti. Bauru: EDUSC, 2001.

LIBERADA EDIÇÃO SÔBRE “A MULHER BRASILEIRA, HOJE”, in **REVISTA REALIDADE**. São Paulo: Editora Abril, Ano III, edição 31, nov. 1968.

LISBOA, Teresa Kleba. O Empoderamento como estratégia de inclusão das mulheres nas políticas sociais. **Fazendo gênero 8** – Corpo, violência e poder. Florianópolis, de 25 a 28 de agosto de 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. In **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56) - maio/ago. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>, acesso em 06/16.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed., São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Letícia Nunes. **Cartas ao editor**: leituras da revista Realidade (1966-1968). São Paulo: Alameda, 2007.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964/2004)**. Bauru: Edusc, 2004.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz.

O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**. 28 de julho a 1 de agosto de 2014.

PADRÓS, Enrique Serra. 1968: contestação e utopia. In HOLZMANN, Lorena; PADRÓS, Enrique Serra (org.). **1968: contestação e utopia**. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Os feminismos e os muros de 1968, no Cone Sul. In **Clio – Séir Revista de Pesquisa Histórica** – N. 26-1, 2008.

_____. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. In **Topoi**, v. 12, n. 22, jan-jun. 2011.

_____. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In **História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.) – **Masculino, feminino, plural**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 2005.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. Militância Feminina na Luta Armada Brasileira (1968-1973). In: XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão. ANPUH/SP-USP. **Anais**. São Paulo, 08 a 12 de setembro de 2008. Disponível em <http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XIX/PDF/Autores%20e%20Artigos/Maria%20Claudia%20Badan%20Ribeiro.pdf>. Acesso em 23/08/2015.

SCALZO, Marília. **Jornalismo de revista**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, 20 (2), jul./dez., p. 71-99, 1995.

_____. Os usos e abusos do gênero. In **Projeto História**, São Paulo, n. 45, pp.327-351, Dez. 2012.

SWAIN, Tania Navarro. Feminismo e representações sociais: a invenção das mulheres nas revistas “femininas”. In **História: Questões & Debates**, Curitiba, n.34, p. 11-44, 2001. Editora da UFPR.

WOLFF, Cristina Scheibe. Machismo e feminismo nas trajetórias e militantes da esquerda armada no Cone Sul dos anos 1970: um olhar do exílio. In **Relações de poder e subjetividades**. Org. Joana Maria Pedro, Artur Cesar Isaia e Carmencita de Holleben Mello Ditzel. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

ZAPPA, Regina; SOTO, Ernesto. **1968: eles só queriam mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.